

Gueroult e a gênese da substância em Espinosa

Marcio Francisco Teixeira Oliveira¹



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

 <https://doi.org/10.32459/2447-8717e266>

Recebido: 31-08-2023 | **Aprovado:** 24-11-2023 | **Publicado:** 29-12-2023

Resumo: Gueroult analisa dois grupos de proposições e escólios aparentemente incompatíveis. Se nas oito primeiras proposições da *Ética demonstrada segundo a ordem geométrica*, Espinosa fala de substâncias constituídas de um atributo, nas proposições subsequentes ele afirma existir apenas uma substância constituída de infinitos atributos. Na *Ética*, a formulação do monismo confirma a adesão de Espinosa ao método geométrico enunciado no título da obra, porque faz uso do raciocínio que vai dos elementos simples ao todo complexo e porque aplica à Natureza a fórmula que Espinosa já teria usado no *Tratado da Emenda do Intelecto* para falar da gênese da esfera.

Palavras-chave: Espinosa. Monismo. Substância. Atributo. Gueroult.

Abstract: Gueroult analyzes two groups of apparently incompatible propositions and scolia. If in the first eight propositions of the *Ethics demonstrated in geometric order*, Spinoza speaks of substances made up of one attribute, in the subsequent propositions he states that there is only one substance made up of infinite attributes. In the *Ethics*, the formulation of monism confirms Spinoza's adherence to the geometric method enunciated in the title of the work, because he uses the reasoning that goes from simple elements to the complex whole and because it applies to nature the formula that Spinoza would have already used in the *Treatise on the Emendation of the Intellect* to speak of the genesis of the sphere.

Keywords: Spinoza. Monism. Substance. Attribute. Gueroult.

¹ Doutor em Filosofia (PPGFIL-UERJ), Professor Adjunto no Departamento de Estudos da Subjetividade e da Formação Humana (DESF-EDU-UERJ)

Introdução

A tese do monismo afirma a existência da substância única. Espinosa oferece uma compreensão de realidade que subverte a visão judaico-cristã predominante no seu tempo. Para ele, substância, Deus e Natureza² são nomes equivalentes. Diferentemente de uma concepção transcendente de mundo, segundo a qual a realidade é criada por uma força superior que a produz externamente, Espinosa sustenta uma filosofia da imanência. A Natureza não é uma criação de Deus, porque Deus é a Natureza. Assim, ela é a única força produtora existente, livre de competição ou limitação em relação a qualquer outro ser. Ela é uma força de produção infinitamente infinita que é causa de si mesma e cujas regras de existência e de produção advém somente de si própria.

Dividido em três seções, este trabalho tem por objetivo apresentar a interpretação de Martial Gueroult sobre a possibilidade do monismo. Na obra *Spinoza I – Dieu*, capítulos III e IV, Gueroult elabora uma rica discussão para mostrar como dois grupos de proposições da primeira parte da *Ética*, aparentemente contraditórios, podem ser lidos como etapas complementares para a definição genética da substância. A primeira seção, relacionada ao capítulo III, é dedicada ao primeiro grupo de proposições e aborda “*A substância constituída de um atributo (proposições 1 a 8 e escólios)*”; a segunda seção, ligada ao capítulo IV, aborda o segundo grupo de proposições, em que Gueroult se concentra sobre “*A substância constituída de uma infinidade de atributos, Deus – proposições 9,10 e escólio*”. A seção final, ainda vinculada ao capítulo IV, procura mostrar a relevância do raciocínio geométrico que Espinosa utiliza na primeira parte da *Ética* como chave de interpretação correta para a compreensão da gênese da substância.

Análise da substância constituída de um único atributo

Ao tratar das oito primeiras proposições da *Ética I*, o comentador afirma que a construção das mesmas pode ser melhor compreendida quando separadas em dois grupos, pois as quatro primeiras proposições são as que “enunciam as condições necessárias à demonstração das quatro últimas” (GUEROULT, 1968. p.109), e as proposições cinco a oito estabeleceriam os pontos fundamentais da doutrina, sendo “as *Proposições* no sentido

² A fim de evitar ambiguidades, no espinosismo “Natureza” é grafada em inicial maiúscula para designar a substância; com a inicial minúscula, “natureza” designa genericamente a essência de um ser, infinito ou finito/ simples ou complexo.

pleno do termo” (Ibidem). Ver-se-á nos parágrafos subsequentes a apreciação de Gueroult a respeito destas oito primeiras proposições da primeira parte da *Ética*, que constroem a substância constituída de um único atributo e marcam um passo importante na elaboração da doutrina monista.

Proposição 1. Uma substância é, por natureza, primeira relativamente às suas afecções.

[...]

Proposição 2. Duas substâncias que têm atributos diferentes nada têm de comum entre si.

[...]

Proposição 3. No caso de coisas que nada tem de comum entre si, uma não pode ser causa de outra.

[...]

Proposição 4. Duas ou mais coisas distintas distinguem-se entre si ou pela diferença dos atributos das substâncias ou pela diferença das afecções dessas substâncias. (SPINOZA, 2008, pp. 15/17)

As quatro primeiras proposições são vistas por Gueroult como aquelas de caráter axiomático e mais gerais. Ele afirma que estas proposições estão presentes no grupo de proposições cinco a oito porque propiciam a “discussão acerca das coisas que constituem o *substratum* concreto do universo, como a Extensão (substância dos corpos), o Pensamento (substância das almas) e todas as outras substâncias” (GUEROULT, 1968. p. 118). Este grupo de proposições aplicaria, para as substâncias que estão “na Natureza”³, as ideias presentes nas proposições um a quatro.

Apesar de separar as oito primeiras proposições em dois grupos, Gueroult não dedica muitas palavras à análise específica das quatro primeiras. Porém, ele oferece uma rica análise do segundo grupo de proposições que envolve a apreciação das proposições precedentes. Por essa razão, os próximos pontos 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 abordarão diretamente as proposições cinco, seis, sete e oito da primeira parte da *Ética*.

Proposição cinco

A quinta proposição da *Ética* afirma que “não podem existir, na natureza das coisas, duas ou mais substâncias de mesma natureza ou de mesmo atributo” (SPINOZA, 2008, p. 17). Isto tem forte relação com a definição quatro e com a demonstração da proposição dois: com a demonstração porque, já que não podem ser concebidas substâncias que

³ O comentador observa que esta expressão aparece a partir da Proposição 5, e repete-se na Proposição 6 (demonstração e corolário) e no escólio da Proposição 10.

tenham algo de comum entre si, não pode haver várias substâncias de mesmo atributo⁴; e com a definição quatro porque, se o atributo constitui inteiramente a essência de uma substância, ele não poderia, ao mesmo tempo, constituir a essência de uma outra. Assim, a consequência desta proposição cinco é a de que só pode haver uma substância por atributo.

Estabelece-se, definitivamente, na proposição cinco, aquilo que a proposição dois implica e a proposição quatro explicita, a saber, que a substância e o atributo são a mesma coisa, mas com dois nomes diferentes, havendo entre as diversas substâncias ou atributos uma distinção real. Gueroult afirma que a proposição cinco tornará possível afirmar mais a frente que toda substância constituída de um atributo é única em seu gênero, soberanamente perfeita no seu gênero e infinita no seu gênero. Mas ele lembra que algumas objeções, cuja raiz se voltaria contra a proposição dois – que afirma que “duas substâncias que têm atributos diferentes nada têm de comum entre si” (SPINOZA, 2008, p. 15) –, foram levantadas pelos contemporâneos de Espinosa para atacar a proposição cinco. Leibniz, por exemplo, afirmou que as substâncias distinguidas por seus atributos poderiam, ainda assim, ter atributos comuns, de modo que uma substância “A” poderia ter os atributos *c* e *d*, enquanto outra substância “B” teria os atributos *d* e *e*. Gueroult afirma que esta objeção é “aberrante”, pois ignora completamente a definição quatro, que, como vimos, indica que o atributo é realmente idêntico à essência da substância. O problema de Leibniz reside no fato de que *c*, *d* e *e* não se identificariam com a substância, mas seriam predicados distintos da própria substância; nas palavras de Gueroult, Leibniz erra ao afirmar que “a substância é concebida como uma unidade de uma infinidade de predicados, onde cada um destes predicados, considerados isoladamente, seriam diferentes da substância” (GUEROULT, 1968. p. 120). Descartes, por sua vez, apesar de ter concebido a existência das substâncias de um atributo (o Pensamento e a Extensão), teria – ao tratar das substâncias corporais, que são extensas, e das substâncias espirituais, que são todas pensantes – deixado contaminar a própria doutrina com um pensamento aristotélico, pois “quebrou em pedaços’ as substâncias autênticas” (GUEROULT, 1968. p. 121), transformando os modos em substâncias e os atributos em predicados comuns a uma pluralidade de “supostas” substâncias. Gueroult afirma que Descartes poderia ter evitado o equívoco de defender a ideia da existência de substâncias particulares dotadas de atributos comuns se tivesse percebido as implicações que fazem parte do conceito da “substância constituída de um atributo principal”, já que a partir do momento em que a substância é

⁴ De acordo com Gueroult, enquanto a Proposição 2 se refere às substâncias que tem atributos diferentes, a demonstração desta proposição é mais abrangente e se refere a todas as substâncias.

em si e concebida por si, ela só pode existir por si, e é necessariamente infinita, única e indivisível.

Proposição seis

A proposição seis, ao revisitar as proposições dois, três e cinco, que afirmam que duas substâncias nada têm em comum (proposições dois e cinco) e que coisas diferentes entre si não podem ser causa uma da outra (proposição três), afirma que “uma substância não pode ser produzida por uma outra substância” (SPINOZA, 2008, p. 17). No entanto, até mesmo os cartesianos, que em parte concordariam com esta conclusão – pois, para eles, uma substância extensa não pode produzir uma substância pensante –, seriam capazes de levantar a seguinte questão contra a conclusão espinosista: “mesmo que as substâncias não sejam produzidas por outras, elas não poderiam ser produzidas por Deus?” (GUEROULT, 1968, p. 122). Espinosa pensa que não, pois, se fossem produzidas por outra coisa, as substâncias não poderiam ser chamadas com este nome. Para provar esta impossibilidade, pode-se recorrer ao corolário e à demonstração alternativa da proposição seis, em que Espinosa parece se precaver contra esta possível crítica: no corolário, ele fundamenta seu ponto de vista a partir do axioma um e das definições três e cinco, que conduzem à compreensão de que nada existe, na natureza das coisas, além das substâncias e suas afecções, chamando a atenção para o que foi dito no enunciado da proposição seis, que o leva a concluir que “uma substância não pode, de maneira alguma, ser produzida por outra coisa”; na demonstração alternativa, o filósofo recorre ao axioma quatro, onde sustenta que, se uma substância pudesse ser produzida por outra, o conhecimento dela dependeria do conhecimento daquela que a produziu, o que, a partir da definição três, seria inconcebível, já que uma substância só pode existir e ser concebida por si mesma. Desta forma, é possível enxergar esta proposição como uma crítica de Espinosa contra a tradição, ao não considerar a criação das substâncias como um “mistério insondável”⁵, já que as substâncias têm uma causa compreensível e esta causa reside nelas mesmas, o que significa que elas não são criadas.

Proposição sete

Gueroult afirma que a proposição sete, segundo a qual “à natureza da substância pertence o existir” (SPINOZA, 2008, p. 19), estabelece a primeira prova ontológica – ao unir as definições de *causa sui* (definição um) e de “substância” (definição três) – e dá

⁵ Termo utilizado por Gueroult. Cf. GUEROULT, 1968, p. 122. No original: « *mystère insondable* ».

continuidade à temática tratada na proposição anterior, mostrando que a essência da substância constituída de um atributo deve envolver sua existência. De acordo com Gueroult, esta proposição traz consigo duas originalidades: em primeiro lugar, é uma prova ontológica que não versa sobre Deus, mas sobre as substâncias de único atributo, de maneira que a aplicação desta prova em Deus será fruto da compreensão de que a substância infinitamente infinita precisa possuir as características que foram provadas anteriormente acerca da substância infinita no seu gênero; neste sentido, o comentador sublinha novamente o projeto espinosista da construção de Deus através dos seus elementos mais simples – os atributos –, projeto este no qual Espinosa assume “a tarefa de estabelecer que não há uma infinidade de deuses, mas apenas um, existente por si em todos os atributos” (GUEROULT, 1968, p.125). Em segundo lugar, o comentador aponta para o fato de que Espinosa teria chegado à existência necessária da substância não pela sua essência, mas pela *causa sui*, que, por sua vez, seria atribuída à substância pela negação de uma causa externa. Ele afirma que Espinosa teria lançado mão de um “processo imperfeitamente genético” (Ibidem), porque a *causa sui*, ao invés de ser deduzida da essência da substância, relaciona-se com ela pela exclusão do seu contrário, isto é, pela via negativa, pois a substância não pode ser produzida por outra coisa.

Proposição oito

Última neste primeiro bloco de proposições, a proposição oito, dotada de dois escólios e de uma demonstração, tem por objetivo demonstrar que a substância nunca será finita, pois, pela definição dois, uma substância só poderia ser limitada por outra de mesma natureza, o que a proposição cinco provou ser impossível, já que não pode haver duas ou mais substâncias de mesma natureza, sendo necessário, assim, como afirma a demonstração da proposição cinco, que não possam “existir várias substâncias, mas tão-somente uma única substância” (SPINOZA, 2008, p.17) de cada gênero.

No Escólio 1 da proposição oito, Espinosa recorre à proposição sete para relacionar a infinitude da substância à sua existência (que é necessária). Neste escólio, o filósofo afirma que ser finito é, parcialmente, uma negação de uma natureza e que ser infinito, por outro lado, é a afirmação absoluta da existência de uma natureza. Como foi visto, a proposição sete afirma que é da natureza da substância que ela exista necessariamente; ora, se não há nada que possa limitar este caráter essencial da existência da substância, é preciso asseverar que ela só pode ser infinita.

No escólio dois da proposição em exame, Espinosa estabelece uma distinção entre a infinitude da substância e a finitude das coisas finitas, isto é, dos modos; ele afirma que enquanto a perfeição do modo depende de uma causa exterior, a perfeição da substância decorre de sua própria natureza. A finitude de um modo é explicada pela afirmação parcial de sua existência, e essa afirmação parcial da existência, por sua vez, só pode ser compreendida pela finitude ou imperfeição que decorre da limitação imposta pela relação com outro ser finito. Gueroult (1968, p. 130) lembra que esta imperfeição não reside no interior da coisa, dado que é aquilo que a coisa tem de perfeição que faz todo o seu ser, ou seja, tudo aquilo que forma a coisa não restringe a afirmação de sua existência. Toda restrição à coisa, toda limitação, sempre será externa por se tratar de uma limitação imposta pela natureza, a imperfeição vem sempre de fora. Vê-se com isso que a infinitude da substância está ligada ao fato de que, porque não há outra substância de mesma natureza, não existe nada externo que possa atentar contra a sua existência. Nas palavras de Gueroult, “a infinitude é o segundo aspecto da existência por si de um ser total, ou seja, de um absoluto, único em seu gênero, que é uma substância” (GUEROULT, 1968. p. 132).

Para o comentador, este segundo escólio fecha a seção consagrada à substância de um atributo e apresenta as três propriedades principais deste tipo de substância, abordadas no bojo deste primeiro bloco: a unicidade em seu gênero, a existência necessária por si e a infinitude, que foram rerepresentadas no escólio um, onde a infinitude é deduzida da existência por si (com o auxílio da proposição sete), e no escólio dois, quando a existência necessária e a unicidade resultam diretamente da noção de substância⁶. Gueroult dedica o parágrafo XXIV do capítulo 3 de seu livro à apresentação de dez articulações que compreendem a demonstração da unicidade pela existência por si, presentes no segundo escólio da proposição oito. Estas dez articulações são as seguintes:

- 1ª. A definição verdadeira de uma coisa exprime a natureza desta coisa;
- 2ª. Esta definição não exprime nenhum número determinado de indivíduos desta natureza;
- 3ª. Há uma causa pela qual toda coisa existe;
- 4ª. Esta causa está ou na natureza da coisa ou fora dela;
- 5ª. Se um número determinado de indivíduos (coisas singulares) existe, deve haver uma causa em razão da qual este número existe. Por exemplo, se existem vinte homens, deve haver uma causa para que existam estes vinte homens;

⁶ É importante ressaltar aqui que esta segunda demonstração da unicidade é totalmente independente da primeira e, por isso, escapa das eventuais objeções feitas à proposição cinco.

6ª. Essa causa não pode estar, se ainda consideramos o exemplo de homem, na definição de homem, porque, em virtude da primeira articulação, essa definição exprime a natureza de homem e não explica a existência de um número determinado de homens;

7ª. Esta causa deve ser exterior à sua natureza, isto é, não está contida na sua definição;

8ª. Consequentemente, todas as coisas que existem em muitos exemplares são produzidas por causas exteriores e não por si mesmas, então, tudo o que existe por si, ou seja, toda substância, não pode existir em muitos exemplares;

9ª. Com efeito, pela sua definição verdadeira, é da natureza da substância que ela seja causa de si mesma;

10ª. Essa definição exclui *a priori* da natureza da substância a possibilidade de existir em muitos exemplares (na medida em que elas não seriam capazes de se causar elas mesmas, mas deveriam ter uma causa externa). Sendo assim, a substância é única no seu gênero e todas as coisas que existem em multiplicidade de exemplares: os corpos ou partes da extensão, as almas, os homens etc., são – contrariamente às asserções de Descartes e dos Escolásticos – modos e não substâncias.

O comentador defende que a demonstração supramencionada, ao se fundamentar unicamente sobre o conceito de *causa sui*, é aplicável não apenas às substâncias de único atributo, mas a tudo aquilo que possa ser causa de si; é o que se vê quando, na *Carta trinta e quatro* de Espinosa à Hudde, o próprio filósofo aplica esta demonstração para provar a unidade de Deus, ao argumentar:

Deve-se, então, concluir absolutamente que todos os entes que concebemos existindo como uma multiplicidade numérica devem necessariamente ser produzidos por causas exteriores e não pela força de sua própria natureza. Mas, como (de acordo com a segunda hipótese) a existência necessária pertence à natureza de Deus, é necessário que sua definição inclua a existência necessária e por isso sua existência necessária deve ser deduzida apenas de sua definição. (ESPINOSA, 1973, p. 394).

Gueroult entende que o segundo escólio da proposição oito torna possível a ligação entre os dois blocos de proposições que compreendem a construção do monismo. Ele conclui que, ao demonstrar a existência por si sem recorrer às proposições cinco e seis (como recorreram as proposições sete e oito), que procuram fundamentar a substância de único atributo, Espinosa teria oferecido uma “prova de *simple vue*”⁷ para revelar que toda substância – quer ela tenha um atributo ou mais de um atributo – é *causa sui*, eterna, infinita e indivisível. Destarte, como é a substância de infinitos atributos que estará sob o olhar de

⁷ Uma prova intuitiva.

Espinosa no próximo bloco, é possível compreender este escólio como “um intermediário indispensável entre a dedução da substância constituída de um atributo e a substância constituída de uma infinidade de atributos, isto é, Deus” (GUEROULT, 1968, p. 140). O próximo ponto discutirá exatamente como seria possível realizar esta passagem.

Análise da substância constituída de uma infinidade de atributos

Gueroult apresenta o problema do monismo da seguinte maneira: a noção complexa da substância única *parece* abolir certas propriedades fundamentais dos elementos simples que a constitui – como a substancialidade e a independência. E, mesmo que Espinosa defenda a proposição cinco, segundo a qual não podem existir muitas substâncias de mesmo atributo, essa noção complexa *parece* desmentir a proposição dois, pela qual substâncias constituídas de atributos diferentes não podem ter nada de comum – a saber, a substancialidade e a independência. Com isto, alguém poderia sugerir que Espinosa teria destruído as substâncias de um atributo (os elementos simples) para formar a substância de infinitos atributos, argumentando sobre uma possível infidelidade do filósofo ao processo euclidiano de demonstração, que não destrói partes, mas as conserva no resultado final.

Gueroult (1968, p. 143) lembra que Espinosa recebeu diversas críticas de seus correspondentes, uma delas, em que Simon de Vries (*Carta oito*) indaga como seria possível admitir que a natureza da substância fosse constituída de muitos atributos. Segundo de Vries, “se digo que cada substância tem somente um atributo e que tenho a ideia de dois atributos, poderia concluir validamente que, havendo dois atributos diferentes, há também duas substâncias diferentes” (SPINOZA, 2014, p. 68). Para Gueroult, a análise da construção da essência de Deus é capaz de resolver perfeitamente o problema proposto.

Neste segundo bloco de proposições, Gueroult apresenta uma solução para o problema do monismo. Ele afirma que as oito primeiras proposições da primeira parte da *Ética* parecem apontar para a existência de uma pluralidade de substâncias (únicas em seu gênero, constituídas cada uma por um único atributo e realmente distintas) e que, por isso, considerar apenas estas oito primeiras proposições significaria afirmar a existência de uma pluralidade de “deuses” independentes uns dos outros, que se causariam a si mesmos e seriam infinitos. Esta ideia inconcebível para Espinosa. Sendo assim, Gueroult assinala que a construção das oito proposições iniciais nada mais é do que a apresentação dos elementos constitutivos da substância absolutamente infinita. Ao retomar a comparação entre a natureza do triângulo e a natureza de Deus, o comentador atesta que, assim como é impossível conhecer a verdadeira natureza do triângulo sem que sejam conhecidos os seus

elementos fundamentais (linha reta, ângulo, etc.), é de suma importância que Espinosa tenha apresentado os “atributos substanciais”⁸ constitutivos de Deus, já que o filósofo passa a atribuir a Deus, a partir da proposição onze, as propriedades da substância de único atributo anteriormente demonstradas, que são, por exemplo, a existência por si, a unicidade e a infinitude.

Neste segundo bloco de proposições, Gueroult irá privilegiar as proposições nove e dez da primeira parte de *Ética*. Eis as proposições:

Proposição 9. Quanto mais realidade ou ser uma coisa tem, tanto mais atributos lhe competem.

[...]

Proposição 10. Cada atributo de uma substância deve ser concebido por si mesmo. (SPINOZA, 2008, p. 23)

Estas proposições são, na visão de Gueroult, privilegiadas, pois possibilitam a passagem do conceito das “substâncias que comportam um único atributo” ao conceito da “substância que comporta uma infinidade de atributos”; para ele, estas proposições oferecem uma transição entre, de um lado, o grupo das proposições um a oito e, do outro lado, o escólio da proposição dez e a proposição onze.

Após assinalar as proposições nove e dez como fundamentais para a construção e ratificação da tese monista, Gueroult realiza uma descrição pormenorizada do papel destas proposições. Os pontos 2.1 e 2.2, a seguir, procuram apresentar os pontos principais desta descrição.

Proposição nove

De acordo com Gueroult, a proposição nove pode ser decomposta em duas premissas fundamentais, a partir das quais seria possível compreender melhor o peso da mesma na construção da substância absolutamente infinita. 1ª premissa: “Quanto mais ser a coisa possuir, mais propriedades ela terá”; 2ª premissa: “As propriedades que estão relacionadas com a graduação do ser da coisa são os atributos”.

1ª premissa: “Quanto mais ser a coisa possuir, mais propriedades ela terá”:

No que diz respeito à 1ª premissa, Espinosa teria demonstrado sua verdade no *Curto Tratado*, através do axioma cartesiano de que o nada não tem propriedades. Segue-se deste axioma que, como o nada não pode ter nenhum atributo, o todo deve possuir todos

⁸ CF. GUEROULT, 1968, p. 142. No original: « *les attributs substantiels* ».

os atributos; e, se o nada não pode ter atributos, porque ele não é nada, qualquer coisa pode ter atributos porque ser alguma coisa (SPINOZA, 2012, p. 54). Gueroult afirma que este axioma não foi utilizado na *Ética* porque a ideia do nada não seria uma ideia real, mas apenas um *modus cogitandi* (um ser de imaginação), e a *Ética* assume uma perspectiva realista, de modo que o real deve ser apresentado a partir do “ser” e dos “graus de ser”; então, para explicar a necessidade, a impossibilidade e a possibilidade das coisas, Espinosa teria utilizado na *Ética* um raciocínio progressivo e compatível com o grau de existência destas coisas. Se o grau de perfeição da coisa é zero, sua existência é impossível; se o grau de perfeição é infinito, sua existência é necessária e atingiu o *maximum* de realidade; e a coisa simplesmente possível seria o meio termo entre o nada absoluto e o ser absoluto.

Mas é preciso destacar o seguinte: Espinosa não pretendia provar a infinidade substancial através da progressão numérica dos atributos. A relação estabelecida entre o grau de ser e a quantidade de atributos apenas exprime, sob uma forma imediatamente acessível ao entendimento, a relação necessária entre o *Ens Realissimum* e o conjunto ou infinidade de seus atributos constituintes. A substância não pode ser considerada infinita pelo fato de a numeração de atributos nunca acabar, porque esta numeração, de acordo com o comentador, nunca teria começado.

Gueroult lembra que Descartes, antes de Espinosa, já havia recorrido ao raciocínio do aumento progressivo das propriedades. Descartes teria aplicado este raciocínio tanto no âmbito do conhecimento, quando afirmou que quanto mais atributos de uma substância são conhecidos, mais ainda é possível conhecê-la⁹; como no do ser, ao afirmar que existem diversos graus de perfeição, que vão do modo à substância finita e da substância finita à substância infinita¹⁰; e que o nada não tem propriedades¹¹, onde a ideia do ser soberanamente perfeito possibilita que se atribua a Deus todas as perfeições que o homem encontra em si mesmo, obrigando o indivíduo a reconhecer em Deus todas as perfeições que ele conhece e uma infinidade de outras que (ele) não conhece.

Embora Descartes e Espinosa tenham valorizado o raciocínio em questão, Gueroult comenta que autores como Delbos e Lachièze-Rey destacam que existem diferenças profundas entre Descartes e Espinosa, pois para este, situado no ponto de vista do ser, tal raciocínio é uma regra imposta pela ideia de Deus como um princípio que torna possível a construção de seu próprio ser, enquanto que para aquele, situado no plano gnosiológico, trata-se de uma máxima imposta pela ideia de perfeição como um princípio

⁹ Cf. Resposta às Quartas Objeções, A.T., IX; e Resposta às Quintas Objeções, A.T., VII.

¹⁰ *Secondes Réponses, Abrégé Géom., Axiome 6.*

¹¹ *Idem, Définition 5, sub fin.*

regulador de nosso conhecimento. Sendo assim, Gueroult (1968, p. 140) afirma que, em Descartes, trata-se de uma máxima que deixa Deus incompreensível, permitindo que lhe seja atribuída, de maneira problemática (e apenas como uma possibilidade) uma infinidade de perfeições desconhecidas; e em Espinosa, por outro lado, esta regra assumiria uma função plenamente constitutiva, que não fazia parte da compreensão de Descartes, e que é utilizada para construir a essência de Deus, que, por sua vez, pode ser inteiramente inteligível.

Esse processo progressivo de construção das propriedades é, para Espinosa, um processo que não tem correspondência externa à mente humana, mas que permite ao indivíduo o alcance de uma concepção verdadeira sobre o real, tal como ocorre com a geometria. No §72 do *Tratado da Emenda do Intelecto*, Espinosa afirma que se finge que o conceito de esfera (ou globo) resulta de um semicírculo que gira ao redor do seu centro, “embora saibamos que globo algum nunca foi originado assim na Natureza” (ESPINOSA, 2015, p. 71).

De acordo com Gueroult, não há como observar na Natureza, *extra intellectum*, uma produção progressiva do *maximum* a partir do *minimum*, da substância absolutamente infinita a partir dos dois atributos que podem ser conhecidos e que fazem parte dela. Não se deve acreditar que a compreensão da Natureza tenha de envolver um raciocínio que parta dos dois atributos conhecidos e procure, numa adição constante de atributos até o infinito, uma numeração que, é claro, nunca findará. Pelo contrário, Espinosa acredita que Deus tem necessariamente no seu entendimento a ideia da substância que é e da infinidade de atributos que o constitui. A infinidade dos atributos concebidos pelo entendimento infinito é necessariamente constitutiva de sua substância. Quando um indivíduo tem uma ideia adequada, essa ideia é idêntica àquela que está na Natureza; conseqüentemente, o entendimento humano consegue saber a priori o que é um atributo. Assim, a ideia verdadeira leva o indivíduo a conceber que a Natureza requer uma infinidade de atributos, por isso a afirmação de que quanto mais realidade ou ser uma coisa tem, tanto mais atributos lhe competem.

O ponto de partida da construção geométrica não está nos dois atributos conhecidos, mas no entendimento puro que fornece a priori as ideias verdadeiras de Deus e do atributo. Nesse sentido, é possível dizer que a numeração não tem de ser completada para que Deus seja conhecido, porque ela jamais começou, não há numeração (GUEROULT, 1968, pp. 144-150).

2ª premissa: as propriedades que estão relacionadas com a graduação do ser da coisa são os atributos. A 2ª premissa leva em consideração a proposição nove, que, por sua vez, se refere à definição 4 (de atributo). Esta premissa afirma que cada atributo é uma unidade absoluta de realidade e que, conseqüentemente, quanto mais realidade a coisa tiver mais atributos deverá comportar. Gueroult comenta que esta afirmação contém uma regra de proporcionalidade, que, no entanto, é diferente do enunciado clássico da regra geral de proporcionalidade, onde toda propriedade *resulta* da coisa à qual está relacionada, mas não *constitui* o ser desta coisa. Na demonstração da proposição dezesseis da primeira parte da *Ética*, o filósofo utiliza o termo “propriedade” para estabelecer uma relação de proporcionalidade entre a substância infinitamente infinita e seus modos, propriedades resultantes desta substância. Contudo, na proposição nove, Espinosa não utiliza o termo “propriedade”, apesar de estabelecer uma relação de proporcionalidade entre o grau de realidade da coisa e a quantidade de atributos que lhe competem. Como se sabe, Espinosa afirma que o atributo é um elemento constitutivo da substância, por isso não faz sentido chamar o atributo de “propriedade” e não há problema em realizar a relação de proporcionalidade nesse caso particular.

Sem dúvida, seria possível aplicar ulteriormente aos modos o princípio que diz que quanto mais uma coisa tem ser mais tem propriedades, mas de uma maneira completamente diferente da aplicação aos “atributos-substâncias”, porque uma substância infinita deve necessariamente produzir uma infinidade de modos de uma maneira infinitamente infinita, mas os modos não podem ser unidades constituintes, porque não são mais do que efeitos; diferentemente dos atributos, os modos não podem ser concebidos por si mesmos: só pode constituir e exprimir a essência ou a realidade da substância aquilo que é concebido por si. É por isso que a proposição dez irá demonstrar que os elementos constituintes de Deus não podem ser os modos, mas os atributos.

Depois de apresentar as duas premissas, Gueroult fala do uso problemático da linguagem numérica para pensar a substância, pois o número é um recurso da imaginação. Como capacidade de formar ideias das imagens das coisas que marcaram o próprio corpo, a imaginação é o gênero de conhecimento que leva a conhecer mais a maneira como o indivíduo foi afetado pelas coisas do que a conhecer adequadamente as coisas. Ele lembra que o número é um auxiliar da imaginação e que, portanto, resulta de um conhecimento extremamente confuso.

Se, por um lado, os números se referem às coisas singulares existentes na duração, dizem respeito à existência e não à essência, supõem a descontinuidade, são unidades finitas

e homogêneas e sempre constituem uma soma finita; os atributos, por outro lado, são eternos, são essências, são inseparáveis e indivisíveis, cada um deles é infinito e heterogêneo e eles constituem um conjunto infinito (GUEROULT, 1968. pp. 154-155). A unicidade que advém da substância é uma unicidade metafísica, isso quer dizer que ela não deve ser relacionada à unidade numérica. As expressões “dois”, “muitos”, “infinitos”, se entendidas de maneira numérica, são impróprias quando aplicadas aos atributos. Por outro lado, se essas expressões intentam assinalar o caráter heterogêneo dos atributos como autossuficientes e incomensuráveis, seu uso será adequado.

No final da análise sobre a proposição nove, Gueroult (1968, p. 160) afirma que o emprego da linguagem numérica não apresenta nenhum problema interno para a doutrina de Espinosa – mesmo que desperte uma possível questão sobre como uma filosofia do entendimento puro poderia ser explicada por palavras que nascem da imaginação e não do entendimento. Afinal, o que importa é seguir a regra de dar atenção às coisas e não às palavras na tentativa de compreender a realidade.

Proposição dez

A proposição nove, ao evidenciar que quanto mais perfeição uma substância venha a ter, mais atributos precisarão ser relacionados a ela, prepara a conclusão de que Deus é um ser absolutamente perfeito, formado por todos os atributos. É a proposição dez que relaciona todos os atributos a uma única substância absolutamente infinita.

A transformação que Espinosa desenvolve nas primeiras proposições da *Ética*, indo das substâncias de um atributo para a substância de infinitos atributos não é entendida por Gueroult (1968, p. 166) como contradição e nem como uma transformação total, já que, para ele, o atributo também seria um ser substancial. Enquanto uma essência de substância, o atributo não se confundiria com a essência que compreende a infinidade das essências da substância única; e a diferença entre o atributo e a substância residiria na diferença entre o elemento constituinte e o todo constituído. Cada atributo seria a própria substância compreendida de um modo originalmente diferente.

Gueroult acredita que a construção de Deus como substância absolutamente infinita resulta de uma gênese da substância em que, até as oito primeiras proposições, Espinosa teria apresentado os elementos simples que compõem a substância, para, nas proposições seguintes, chegar ao todo mais complexo:

Da mesma maneira que devemos relacionar o conceito de esfera àquele de semicírculo, nós devemos pensar o conceito da multiplicação e da síntese dos atributos relacionando-os ao conceito de Deus. De onde se segue que a ideia de atributo é tão simples quanto a do semicírculo, e a ideia de Deus é tão complexa quanto a da esfera. (GUEROULT, 1968. p. 172)

A comparação entre Deus e a esfera deve apenas guardar a seguinte distinção: a a gênese da esfera requer uma causa próxima para existir – isto é, a rotação do semicírculo em torno de seu centro –, mas Deus não pode ser definido por uma causa próxima, pois a causa próxima pressupõe a criação a partir de uma causa externa. Evidentemente, não se pode dizer que Deus não tem causa, afinal ele é causa de si mesmo. Gueroult afirma que a causa de Deus está na sua essência, ou seja, a essência conteria a razão formal a partir da qual o processo de formação da coisa poderia ser compreendido. E o que faz parte da essência de Deus? Com base na definição seis¹², Espinosa afirma que são os atributos; por isso, Gueroult diz que a união dos atributos exprime a razão formal da essência de Deus, permite a gênese de seu conceito e a sua inteligibilidade.

Pois é da natureza da substância que cada um de seus atributos seja concebido por si mesmo, já que todos os atributos que ela tem sempre existiram, simultaneamente, nela, e nenhum pôde ter sido produzido por outro, mas cada um deles exprime a realidade, ou seja, o ser da substância. Está, portanto, longe de ser absurdo atribuir vários atributos a uma substância. (SPINOZA, 2008, p. 23) [*Ética* I, Proposição X, Escólio]

A proposição dez é vista por Gueroult como aquela que completa a proposição anterior ao definir que “cada atributo de uma substância deve ser concebido por si mesmo” (SPINOZA, 2008, p. 23), porque esta proposição relaciona todos os atributos a uma única substância absolutamente infinita. A proposição dez, ao evidenciar que quanto mais perfeição uma substância venha a ter, mais atributos precisarão ser relacionados a ela, favorece a conclusão de que Deus, um ser absolutamente perfeito, precisa ser formado por todos os atributos. Estes que, por sua vez, são concebidos por si e infinitos nos seus respectivos gêneros. Mais ainda, é a proposição dez que viabiliza a construção do conceito de Deus, ao permitir conciliar as duas perspectivas aparentemente contraditórias dos dois blocos de proposições analisados por Gueroult.

Ao finalizar sua análise acerca deste segundo bloco de proposições, Gueroult levanta uma possível crítica ao monismo para, em seguida, rebatê-la. Ele diz que a afirmação de Deus como uma substância de infinitos atributos poderia levar alguém a

¹² *Ética* I, Definição 6: “Por Deus compreendo um ente absolutamente infinito, isto é, uma substância que consiste de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita.”

perguntar: Espinosa não estaria “negando a substancialidade de cada atributo, contrariamente à *Proposição 2*, que autorizava a fórmula: quanto mais atributos existem, mais substâncias devem existir, de *substantiae unius attributi (non nisi unica existit)*¹³?” (GUEROULT, 1968, p. 165). Ao responder esta questão, Gueroult afirma que a transformação que Espinosa desenvolve nas primeiras proposições da *Ética*, indo das substâncias de um atributo para a substância de infinitos atributos não deve ser entendida como uma contradição, nem como uma transformação total, pois o atributo também é um ser substancial; na medida em que o atributo é uma essência de substância, ele não se confunde com a essência que compreende a infinidade das essências de substância.

Esta relação entre os elementos e o todo é vista por Gueroult como a resposta mais apropriada à crítica de que Espinosa teria sido infiel ao processo euclidiano de demonstração. No processo euclidiano, as partes não são destruídas, mas conservadas no resultado final. Como foi dito, tal crítica reside na posição de que a noção complexa parece abolir certas propriedades fundamentais dos elementos simples que a constitui, como a substancialidade e a independência. Gueroult afirma que para formar a substância de infinitos atributos (o todo complexo), Espinosa destruiu as substâncias de um atributo (os elementos simples), porque cada atributo constitui “a substância de uma maneira originalmente diferente, onde a diversidade estaria ligada às perfeições que a constitui” (GUEROULT, 1968, p. 167). Portanto, não é porque os atributos pertencem à mesma substância que vão perder sua heterogeneidade recíproca; pelo contrário, enquanto elementos heterogêneos e autossuficientes da substância, os atributos são como as partes necessárias e diferentes que constituem um triângulo.

A diferença entre o atributo e a substância absolutamente infinita residiria na diferença entre o elemento constituinte e o todo constituído. O todo e os elementos devem ter os mesmos próprios fundamentais, pois, enquanto elementos, se os atributos não tivessem todos os próprios da substância única, eles não poderiam constituí-la. Porque *elementos* não são *partes* que a qualquer momento podem ser destacadas ou incorporadas ao todo novamente. A existência por si (ou a eternidade), a concepção por si, a unicidade, a infinitude e a indivisibilidade precisam ser próprios do todo, mas também de seus elementos constitutivos. Deste modo, cada atributo (cada elemento) é a própria substância.

A importância da definição genética

¹³ No original: “Não existe senão uma substância de mesmo atributo”. Cf. *Proposição VIII, Demonstração*.

De acordo com Gueroult, as proposições nove e dez explicitam a dedução genética realizada, proporcionando passar da definição tradicional de Deus como ser soberanamente perfeito à definição espinosista de Deus como “ente absolutamente infinito, isto é, uma substância que consta de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita” (SPINOZA, 2008, p. 13). Gueroult pondera que a definição de Deus como ser soberanamente perfeito e absolutamente infinito não está errada, mas é insuficiente porque apenas enuncia propriedades de Deus. Para Gueroult, a definição de Deus não se sustenta sem uma “causa eficiente” ou “razão genética da coisa”. Gueroult acredita que “a definição clássica é uma definição imperfeita, que, ao enunciar uma propriedade e não a essência da coisa, não permite a dedução de todas as suas propriedades, e, conseqüentemente, não permite conhecê-las com maior clareza” (GUEROULT, 1968. p. 168). Já a definição de Deus apresentada por Espinosa seria considerada perfeita por enunciar a essência de Deus, não apenas alguma propriedade. De acordo com Gueroult, a definição de Espinosa corresponde ao raciocínio utilizado no §75 do *Tratado da Emenda do Intelecto*, quando o filósofo afirma que “de modo algum tal engano haverá de ser temido se procedermos o menos abstratamente e começarmos, o quanto antes isso possa ser feito, desde os primeiros elementos, isto é, desde a fonte e origem da Natureza¹⁴” (ESPINOSA, 2015, p. 75).

Como já mencionado, Espinosa adota as definições genéticas da geometria como modelo de exposição da sua visão acerca da Natureza. Quando a esfera, por exemplo, é definida como uma figura que advém da rotação de um semicírculo em torno do seu centro, tem-se uma definição genética que é capaz de exprimir a causa eficiente da esfera. Ao exprimir a causa eficiente de maneira genética, seria possível encontrar a definição perfeita; por outro lado, a definição imperfeita se limita a enunciar propriedades, tal como quando a esfera é definida como uma figura cujos pontos superficiais estão equidistantes de um ponto central.

Gueroult chama de “óbvia” (pela clareza que vê na exposição de Espinosa) a aplicação do pensamento genético a Deus, pois, do mesmo modo que a esfera pode ser engendrada pela rotação do semicírculo, Deus teria sido engendrado pela “síntese da infinidade de seus atributos¹⁵”. Nas palavras do comentador,

“Ainda que nós saibamos que nenhuma esfera jamais tenha sido engendrada desta forma na Natureza”, este raciocínio genético seria uma

¹⁴ Trata-se do engano de conceber como verdadeiro aquilo que é falso.

¹⁵ Cf. GUEROULT, 1968. p. 171

“percepção verdadeira e um meio mais claro de formar o conceito de esfera”; da mesma forma, apesar de Deus jamais ter sido engendrado desta forma na Natureza, a construção concebida pela síntese da infinidade dos atributos, segundo a norma da ideia de ser soberanamente real, é “uma percepção verdadeira” e o meio mais claro para formar o conceito. Ela é uma percepção verdadeira, pois ela nos revela verdadeiramente a estrutura constitutiva da coisa. Da mesma forma que, separado do conceito de esfera, o conceito de rotação do semicírculo é falso, o conceito de multiplicação dos atributos até o infinito e de sua síntese também é falso, quando é considerado isoladamente, sem ter qualquer ligação com o conceito de Ser infinitamente perfeito. Com efeito, tomado isoladamente, o conceito de atributo não contém nem sua infinita multiplicidade, nem sua síntese necessária. (...) da mesma forma que nós devemos *juntar* o conceito de esfera ao de rotação do semicírculo, nós devemos pensar o conceito de multiplicação e de síntese dos atributos *ao mesmo tempo em que (simultaneamente)* pensamos o conceito de Deus. Vê-se com isto que a ideia de atributo é uma ideia simples como aquela de semicírculo e que a ideia de Deus é uma ideia complexa como a de esfera. (GUEROULT, 1968. pp. 171-172) (grifos do autor).

Gueroult sustenta que a *Ética* realiza uma extensão à essência de Deus do processo genético que, no *Tratado da Emenda do Intelecto*, era reservado apenas à construção da essência das coisas criadas. Ele afirma que as coisas criadas, como a esfera ou o círculo, têm sempre causas próximas e podem ser geneticamente definidas por meio destas causas. A esfera pode ser definida pela rotação de um semicírculo em torno de seu centro; o círculo pode ser definido pela rotação de uma linha em torno de uma das suas extremidades imóveis. Mas uma coisa que não foi criada, isto é, Deus, “existente em si, ou, como se diz comumente, sendo causa de si” (GUEROULT, 1968, p. 173), não tem causa próxima e, desse modo, não pode ser definido por uma causa, mas por sua essência. Por prescindir de uma causa fora de si, Deus poderia ser chamado de um ser sem causa, o que teria feito Espinosa concluir no *Tratado da Emenda* que uma definição que se aplica a uma coisa incriada deve excluir toda causa externa, pois ela não teria a necessidade de nada fora de seu próprio ser para ser explicada.

E ainda que fosse alegada incoerência em seu raciocínio – porque se Deus fosse considerado como “sem causa”, os processos genéticos aplicados à construção da esfera e do círculo não poderiam ser aplicados a Deus – Gueroult defende que não se pode dizer que Deus é “sem causa”, posto que, ainda que não haja uma causa externa ou próxima, sendo “causa de si”, a causa de Deus é interna e capaz de fornecer uma definição genética.

Não reconheço qualquer diferença entre a ideia verdadeira e a ideia adequada, senão que a palavra verdade relaciona-se apenas à concordância da ideia com seu objeto, enquanto que a palavra adequada relaciona-se com a natureza da ideia em si mesma. Não há, portanto, qualquer diferença entre uma ideia verdadeira e uma adequada, além

dessa relação extrínseca. Quanto a saber de que ideia de uma coisa, entre muitas outras, podem ser deduzidas todas as propriedades de um objeto considerado, só observo uma regra: é preciso que a ideia ou definição faça conhecer a causa eficiente da coisa. Para procurar as propriedades do círculo, por exemplo, pergunto-me se posso, definindo-o pela equivalência de todos os retângulos formados com os segmentos de uma reta que passe por um ponto dado, dessa ideia deduzir todas as suas propriedades, ou diria, se ela envolve a causa eficiente do círculo. Como assim não é, considero uma outra, a saber, que o círculo é uma figura descrita por uma linha reta, da qual uma extremidade é fixa e a outra é móvel. Como aí tenho uma definição que exprime uma causa eficiente, sei que posso deduzir todas as propriedades do círculo etc. Da mesma maneira, quando defino Deus: o Ser soberanamente perfeito; como essa definição não exprime uma causa eficiente (entendo causa eficiente tanto interna quanto externamente), não poderei dela deduzir todas as propriedades de Deus. Ao contrário, quando defino Deus: um Ser etc. (Ver *Ética*, parte I, definição 6). (SPINOZA, 2014, p.248).

Gueroult assinala que a gênese pela causa eficiente permite a causa e o conhecimento adequado da essência, de modo que tanto as coisas criadas como as incriadas podem, validamente, ser definidas a partir das suas causas. Ele lembra da supracitada *Carta sessenta* de Espinosa à Tschirnhaus – na qual o filósofo considera como semelhantes a definição do círculo e a definição de Deus proposta na *Ética* – e estabelece os seguintes pontos:

1º que *toda* definição deve fazer conhecida a causa eficiente da coisa, pois é a única pela qual se torna possível a dedução de suas propriedades; 2º que a definição do círculo pela rotação de uma linha em torno de uma das suas extremidades imóveis satisfaz a esta exigência; 3º que esta definição também é válida para a definição de Deus como um Ser constituído de uma infinidade de atributos, a qual exprime a causa eficiente de Deus e permite a dedução de todas as suas propriedades; enfim, que uma definição genética pode ser feita tanto pela causa interna como pela causa externa. (GUEROULT, 1968. p. 173)

Do aduzido, Gueroult afirma que o que torna possível e legítima a definição genética da coisa é a razão formal de sua essência, isto é, a causa ou razão formal¹⁶ que está na coisa complexa é aquilo que permite a gênese do seu conceito, tornando possível sua inteligibilidade. Por isso, toda coisa pode ser entendida como a síntese de seus elementos constitutivos, na medida em que, mesmo tendo uma causa externa ou interna, pode ser compreendida como tendo uma razão formal. Mas, como ele mesmo diz, não se deve pensar o atributo de maneira isolada, isto é, ainda que o atributo seja o elemento simples presente no todo complexo, é de suma importância percebê-lo a partir de Deus: ser que

¹⁶ Espinosa identifica sempre causa e razão, fazendo uma fusão da causa eficiente e da causa formal.

por ser infinitamente infinito garante a unidade substancial cuja essência consiste dos elementos simples.

Considerações finais

A interpretação de Gueroult é, sem dúvida, muito bem desenvolvida. Fiel à preocupação espinosista com o método, o comentador procura seguir passo a passo a construção da *Ética* levando em consideração o caráter genético de Espinosa, “a marcha genética de seus pensamentos, segundo a ordem dedutiva imposta a eles pelas exigências íntimas da razão” (GUEROULT, 1968. p. 14).

Diante de dois blocos de proposições aparentemente contraditórios, Gueroult procura mostrar por que Espinosa não foi infiel ao processo euclidiano de demonstração, não tendo destruído as partes para chegar ao resultado final na formulação do monismo. Os elementos simples não podem ser vistos isoladamente, e esta seria a causa do erro dos intérpretes que não conseguem entender uma aparente incompatibilidade entre dois blocos de proposições do início da *Ética*. Para chegar à compreensão da Natureza, isto é, de Deus, é preciso reconhecer, tal como Espinosa o faz no escólio da proposição dez, que, na Natureza, “quanto mais realidade ou ser ele [cada ente] tiver, tanto mais atributos, que exprimem a necessidade, ou seja, a eternidade e a infinitude, ele terá” (SPINOZA, 2008, p.23). Para Gueroult, a unidade de Deus é garantida pelo conceito de Deus como ser infinitamente infinito e pela análise do atributo como elemento simples que garante esta unidade.

Ainda que seja uma grande interpretação e que o comentador apresente uma solução interessante para o problema do monismo, seria possível dizer que a análise de Gueroult faz da substância um agregado de “atributos-substâncias” (GUEROULT, 1968. p. 153). Ainda que ele não chame os atributos de partes, mas de elementos constituintes, sua interpretação poderia levar à compreensão de que a substância absolutamente infinita é uma composição. Então é importante lembrar que, segundo Espinosa, a substância não deve ser definida a partir da relação parte/todo, porque a substância é simples¹⁷. Compreender a heterogeneidade dos atributos sem torná-los fragmentos de um todo, nem fundi-los ou confundi-los com este todo, isto é, explicar a compatibilidade entre a substância una e a multiplicidade dos atributos é, sem dúvida, uma tarefa para aqueles que

¹⁷ No escólio da proposição treze da primeira parte da *Ética*, ele demonstra a indivisibilidade da substância e diz que “por parte de uma substância não se pode compreender outra coisa que não substância finita, o que (pela prop. 8) implica evidente contradição”. (SPINOZA, 2008, p. 29).

têm interesse pela filosofia de Espinosa. Afinal, a tese do monismo repercute nos aspectos gnosiológicos, afetivos, éticos e políticos do espinosismo.

Referências

- ALQUIÉ, F. **Le Rationalisme de Spinoza**. col. Epiméthée. Paris: P.U.F., 1981.
- ALQUIÉ, F. **Leçons sur Spinoza**. Paris : Table Ronde, 2003.
- CURLEY, M. **Behind the Geometrical Method: A reading of Spinoza's Ethics**; New Jersey: Princeton University Press, 1988.
- DESCARTES, R. **Oeuvres Complètes**. In: Charles Adam et Paul Tannery (eds.). Paris: Léopold Cerf, 1897-1913. 11v.
- DELEUZE, G. Spinoza et la méthode générale de M. Gueroult. **Revue de Métaphysique et de Morale**, 74e Année, No. 4 (Octobre-Décembre 1969), pp.426-437.
- DELEUZE, G. **Spinoza et le problème de l'expression**. Paris: Les Editions de Minuit, 1968.
- ESPINOSA, B. **Correspondência**. Coleção Os Pensadores. Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo: 1973. pp. 393-394.
- ESPINOSA, B. **Tratado da emenda do intelecto**. Ed. Latim-Português. Tradução Cristiano Novaes de Rezende. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- GUEROULT, M. **Spinoza, I, Dieu**. Paris: Aubier-Montaigne, 1968.
- SPINOZA, B. **Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar**. Tradução de Emanuel da Rocha Fragoso e Luís César Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2012 _____.
- Ética*. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.
- SPINOZA, B. **Spinoza: Correspondance; présentation et traduction par Maxime Rovere**. Paris: GF Flammarion, 2010.
- SPINOZA, B. **Spinoza Opera**; Ed. Carl Gebhart, 4 vol., Heidelberg, Carl Winters, 1924.
- SPINOZA, B. **Spinoza - Premiers Écrits, Œuvres complètes I**. F. Mignini (texte), J. Ganault et M. Beyssade (traduction), PUF: Paris, 2009.
- SPINOZA, B. **Traité Politique**. Traduction d'É. Saisset, revue par Laurent Bove. Introduction et notes par Laurent Bove. Libraire Générale Française, 2002.